



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE ITANHAÉM - 0064

[2001 a 2500 processos]

Aos 12 dias do mês de novembro de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 16/2018, divulgado em 16/8/2018 no DEJT (Edição 2541/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 706). Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	ITANHAEM, MONGAGUA, PERUIBE, PEDRO DE TOLEDO, ITARIRI
Lei de Criação:	7.729/89
Data de Instalação:	29/10/1990
Data de Instalação do PJE:	25/06/2014
Data da Última Correição:	14/12/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	19 %
Acervo PJe/Acervo Total:	81 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
VINICIUS MAGALHAES CASAGRANDE	13/07/2018

Afastamentos: Não houve

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ALCIONE MARIA DOS SANTOS COSTA GONCALVES	10/05/2018

Afastamentos: Não houve

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
INEZ MARIA JANTALIA	30/09/2005

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
21/08/2017 a 17/12/2017	AFASTAMENTO PARA APURACAO DE FALTA DISCIPLINAR
18/12/2017 a 24/04/2018	AFASTAMENTO PARA APURACAO DE FALTA DISCIPLINAR



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/12/2017 a 22/10/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ADRIANE DA SILVA MARTINS	21/08/2017 a 17/12/2017
ADRIANE DA SILVA MARTINS	08/01/2018 a 13/05/2018
ADRIANE DA SILVA MARTINS	14/05/2018 a 12/06/2018
ADRIANE DA SILVA MARTINS	13/06/2018 a 13/06/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ANDREIA NOGUEIRA ROSSILHO DE LIMA	17/09/2018 a 23/09/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ANGELA NAIRA BELINSKI	11/04/2018 a 13/05/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	07/02/2018 a 10/04/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ERIKA FERRARI ZANELLA	13/06/2018 a 15/07/2018

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/12/2017 a 22/10/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ERIKA RODRIGUES PEDREUS MORETE	13/06/2018 a 13/06/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
FABIO TRIFIATIS VITALE	22/01/2018 a 06/02/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
GUILHERME CAMURCA FILGUEIRA	16/07/2018 a 14/08/2018
GUILHERME CAMURCA FILGUEIRA	14/09/2018 a 01/10/2018
GUILHERME CAMURCA FILGUEIRA	04/10/2018 a 31/10/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
RICARDO PHILIPPE DOS SANTOS	22/10/2018 a 28/10/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
RONALDO CAPELARI	22/10/2018 a 23/10/2018

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/12/2017 a 22/10/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
VINICIUS MAGALHAES CASAGRANDE	07/01/2017 a 18/12/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
20/11/2017 a 18/12/2017	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [30/09/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANA SYLVIA REIS COUTO FERNANDES	TJA	FC-02 ASSISTENTE	26/09/2013
ARTHUR LOPES DA SILVA NETO	AJ-OJA	-	08/03/1999
EDUARDO COLELLA RIBEIRO	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	25/10/2016
EDUARDO PINHEIRO DOS SANTOS	REQ	FC-01 EXECUTANTE	29/01/2018
GUILHERME MONTEIRO TOPAN	AJ-OJA	-	01/12/2015
HIDEKI MIKADO	AJA	FC-04 CALCULISTA	21/09/2015
JOAO RICARDO CORREA TAVARES	AJA	-	10/04/2017
KLEBER ENGEL ANGELINI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	18/07/2018
LEONEL NEGRISOLI	REQ	FC-02 ASSISTENTE	13/04/2016
LUCILIA DE JESUS FERREIRA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	15/12/2015
MARCIO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS DE FREITAS	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	16/09/2008
RENATA DE MEIRA AVILA	ND	-	21/03/2017
ROBERTA MARIANO SILVA COSTA FERREIRA	REQ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	03/12/2015
RODRIGO DAS NEVES MESTRINEIRO	AJ-OJA	-	02/05/2013
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			9
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			5



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [12/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	16
LICENÇA MÉDICA INDEFERIDA	2
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	21
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	3
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	19
TOTAL	61



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [30/09/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
CAROLINE LOPES KODRICA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2018
ELAINE GONCALVES PROCOPIO	MUNICÍPIO DE ITANHAÉM	03/09/2018
LEANDRO MARQUES	MUNICÍPIO DE ITANHAÉM	01/08/2018
MARCELA SANTOS DO BONFIM	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/11/2017
MARISTELA NASCIMENTO	MUNICÍPIO DE ITANHAÉM	21/05/2018



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [30/09/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ERIKA FERRARI ZANELLA	18
VINICIUS MAGALHAES CASAGRANDE	2
VINICIUS MAGALHAES CASAGRANDE	2

SERVIDORES	HORAS
ANA SYLVIA REIS COUTO FERNANDES	239
ARTHUR LOPES DA SILVA NETO	7
EDUARDO COLELLA RIBEIRO	88
EDUARDO PINHEIRO DOS SANTOS	14
GUILHERME MONTEIRO TOPAN	7
HIDEKI MIKADO	14
KLEBER ENGEL ANGELINI	144
LEONEL NEGRISOLI	34
LUCILIA DE JESUS FERREIRA	64
MARCIO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS DE FREITAS	24
RENATA DE MEIRA AVILA	44
ROBERTA MARIANO SILVA COSTA FERREIRA	14
RODRIGO DAS NEVES MESTREIRO	47



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [12/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	937	797	---
	Aguardando encerramento da instrução	786	771	---
	Aguardando prolação de sentença	133	177	---
	Aguardando cumprimento de acordo	653	412	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.838	1.609	---
	Pendentes de finalização	4.345	3.767	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	577	209	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	816	551	---
	Pendentes de finalização	1.393	760	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	3.344	1.380	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	210	139	---
	Pendentes de finalização	3.556	1.519	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	34	6	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	31	54	---
TOTAL		9.359	6.106	---

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [08/2016 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.406	734	---
	Aguardando encerramento da instrução	989	685	---
	Aguardando prolação de sentença	126	131	---
	Aguardando cumprimento de acordo	726	321	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.810	1.223	---
	Pendentes de finalização	5.055	3.094	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	1.170	401	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	306	207	---
	Pendentes de finalização	1.476	608	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	3.642	865	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	152	70	---
	Pendentes de finalização	3.794	937	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	2	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	120	25	---
TOTAL		10.447	4.664	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [12/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	284	149	180
Exceções de Incompetência	14	11	7
Antecipações de Tutela	140	156	14
Impugnações à Sentença de Liquidação	26	39	28
Embargos à Execução	93	76	102
Embargos à Arrematação	2	5	3
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	6	8	7
TOTAIS	565	444	341

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [08/2016 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	444	521	53
Exceções de Incompetência	33	24	10
Antecipações de Tutela	432	404	36
Impugnações à Sentença de Liquidação	47	13	36
Embargos à Execução	101	35	92
Embargos à Arrematação	1	1	6
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	16	11	12
TOTAIS	1.074	1.009	245



6 - RECURSOS [12/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	593	597	508
Recurso Adesivo	51	49	84
Agravo de petição	53	44	90
Agravo de Instrumento	18	7	36
TOTAIS	715	697	718

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [08/2016 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.403	1.145	604
Recurso Adesivo	80	48	86
Agravo de petição	44	38	78
Agravo de Instrumento	21	15	35
TOTAIS	1.548	1.246	803



7 - PRAZOS MÉDIOS [12/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	229	289	205	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.920	460	403	---
Total / Média	2.149	442	356	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	217	309	213	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.677	470	419	---
Total / Média	1.894	452	369	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	93	22	24	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	957	29	34	---
Total / Média	1.050	29	33	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	38	467	216	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	506	387	227	---
Total / Média	544	393	225	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	967	3.228	2.336	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	84	1.916	1.112	---
Total / Média	1.051	3.123	2.162	---

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [08/2016 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	267	396	199	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	3.154	516	353	---
Total / Média	3.421	507	321	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	263	393	199	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	2.825	510	362	---
Total / Média	3.088	500	327	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	109	19	30	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.664	32	39	---
Total / Média	1.773	31	38	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	91	528	221	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	581	487	253	---
Total / Média	672	492	248	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	718	2.777	1.498	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	50	1.759	834	---
Total / Média	768	2.711	1.425	---

*Do início até a extinção da execução

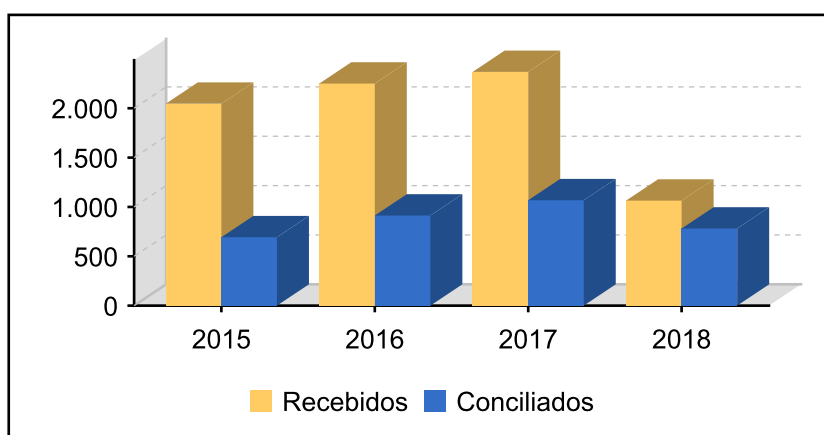


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

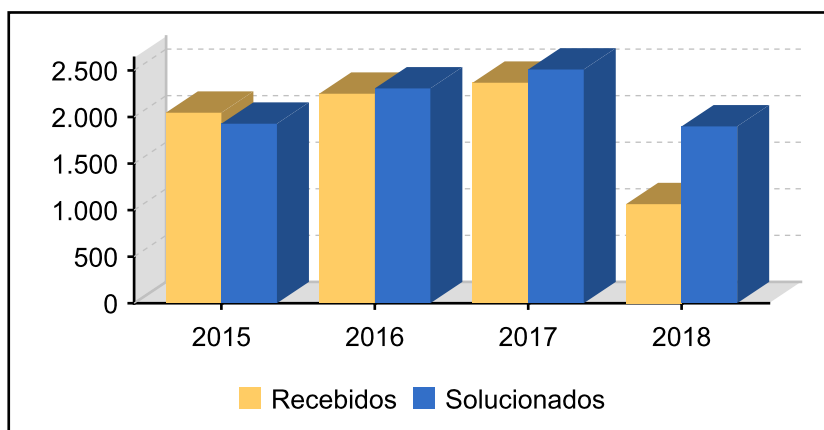
8.1 - Índice de conciliações [até 09/2018]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	2.046	693	33,87
2016	2.250	913	40,58
2017	2.368	1.068	45,10
2018	1.064	781	73,40



8.2 - Índice de soluções [até 09/2018]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.046	1.928	94,23
2016	2.250	2.307	102,53
2017	2.368	2.510	106,00
2018	1.064	1.899	178,48



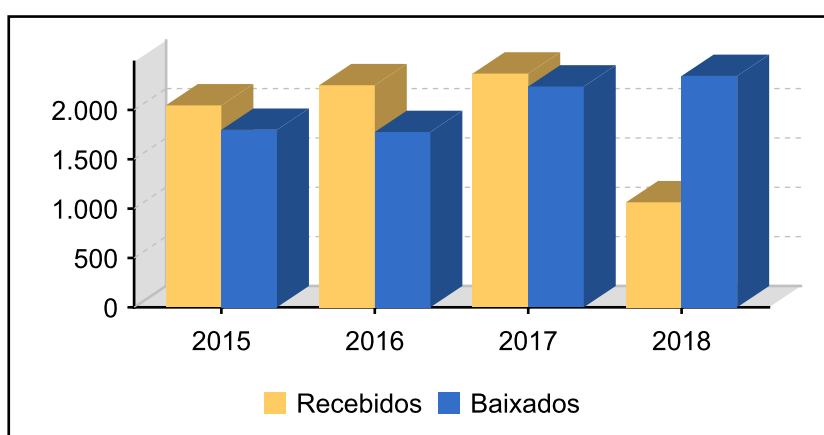


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

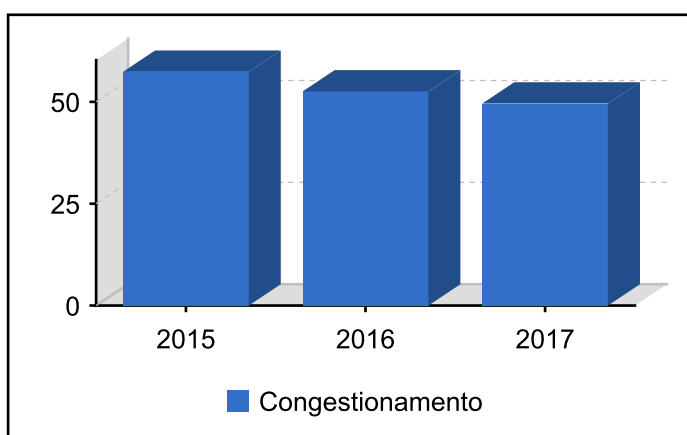
8.3 - Índice de baixas [até 09/2018]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	2.046	1.798	87,88
2016	2.250	1.776	78,93
2017	2.368	2.237	94,47
2018	1.064	2.344	220,30



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.477	2.046	1.928	57,37
2016	2.613	2.250	2.307	52,56
2017	2.610	2.368	2.510	49,58





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

As informações serão apresentadas no item
"15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS"

Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão
(novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”).



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [10/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.014	84,5	53,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.015	84,6	54,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.029	169,1	107,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	346	28,8	18,4
Incidentes Processuais Resolvidos	570	47,5	30,3
Dias-Juiz	564	47,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	35.240	71,6	42,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	49.039	99,7	59,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	84.279	171,3	102,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	12.581	25,6	15,3
Incidentes Processuais Resolvidos	30.317	61,6	36,8
Dias-Juiz	24.716	50,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

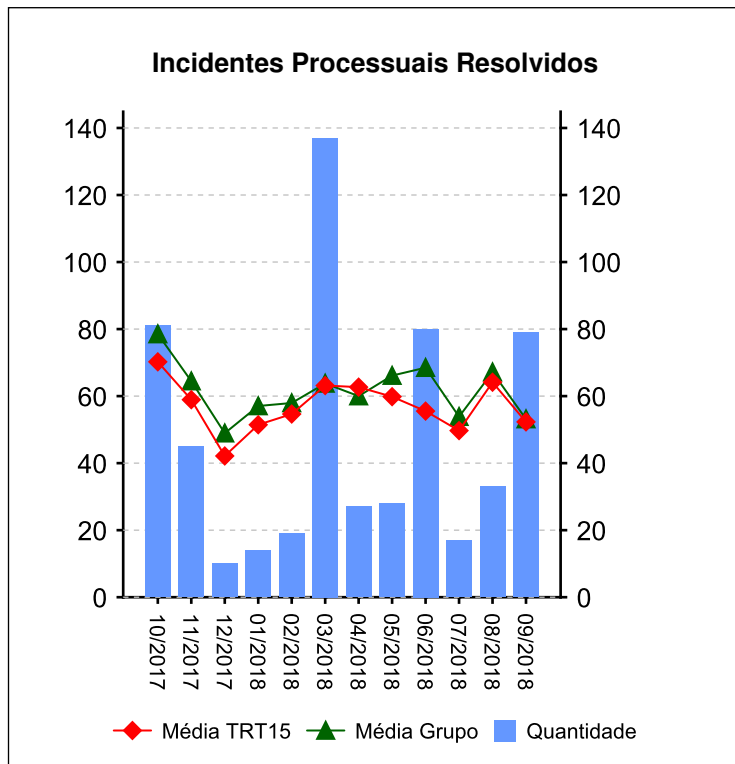
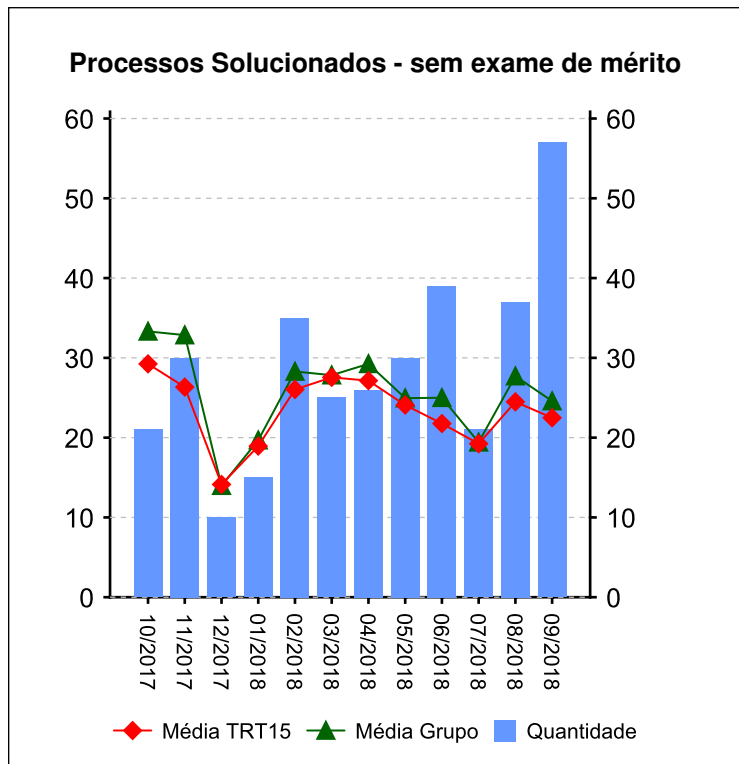
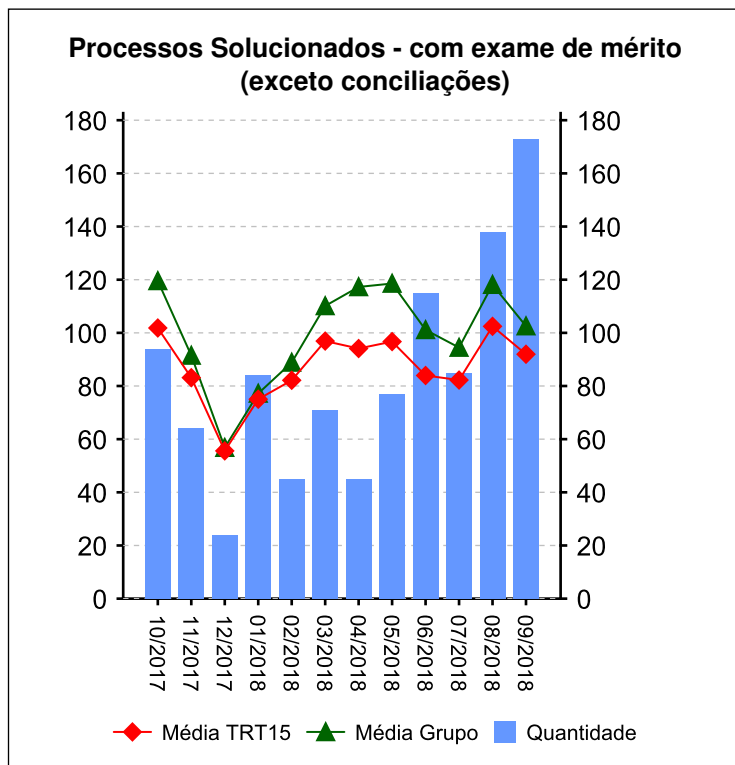
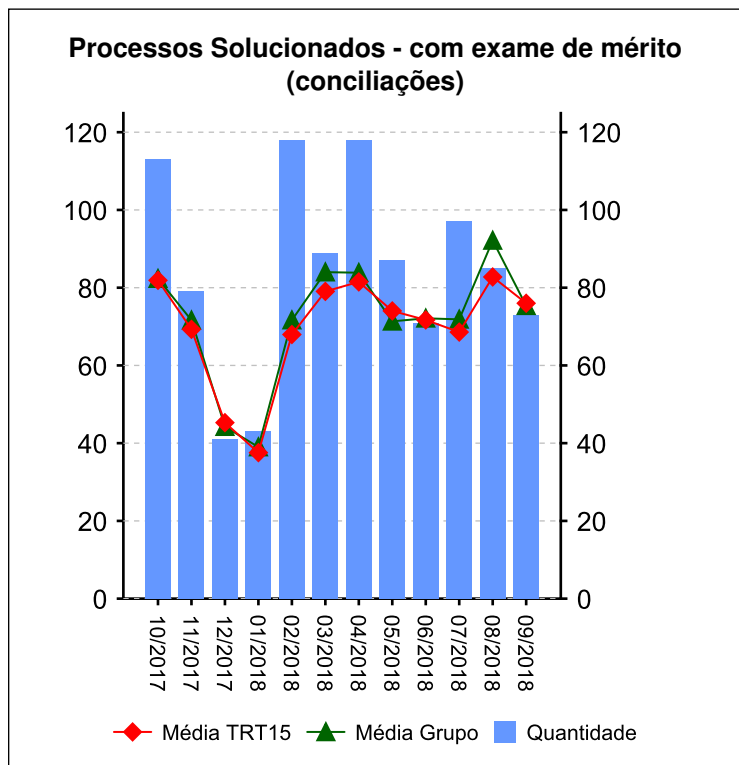
Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.845	69,6	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	159.993	87,1	56,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	287.838	156,8	101,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	42.971	23,4	15,1
Incidentes Processuais Resolvidos	104.766	57,1	36,8
Dias-Juiz	85.370	46,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [10/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[10/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.624	135,3	86,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	1.446	120,5	76,9
Sessões de audiência realizadas - una	315	26,3	16,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	54	4,5	2,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	551	45,9	29,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.761	146,8	93,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	605	50,4	32,2
Dias-Juiz	564	47,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	24.716	50,2	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.370	46,5	---

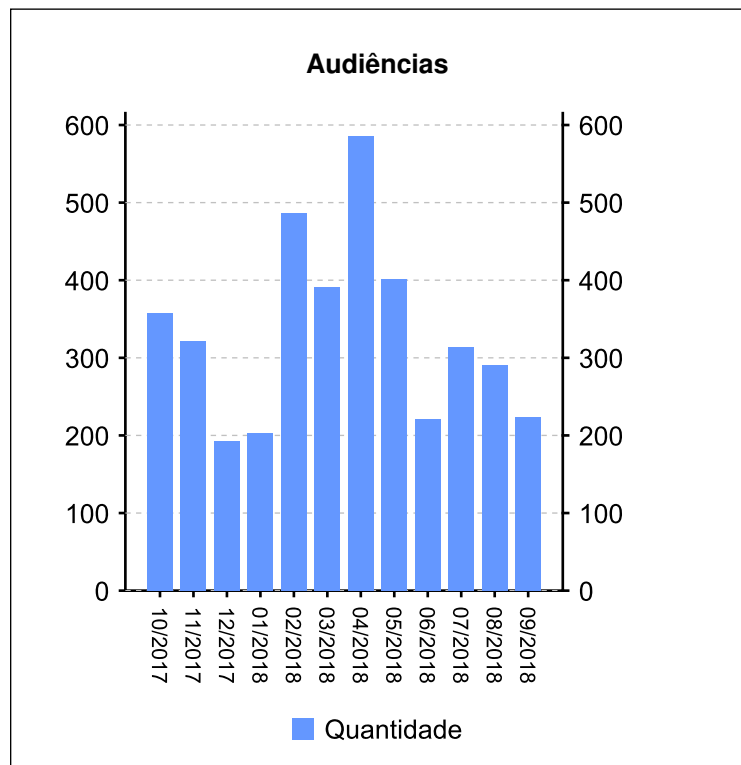


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

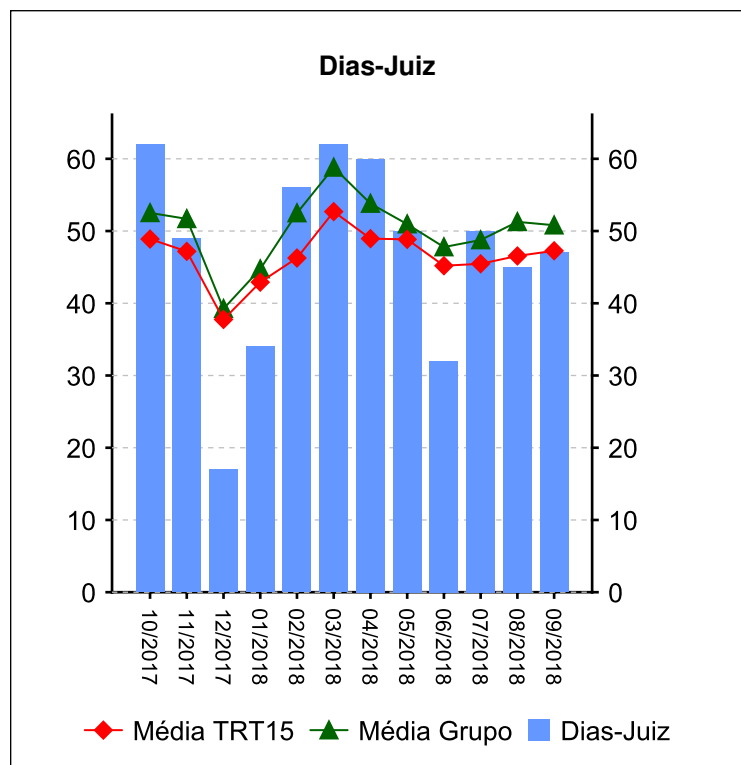
[10/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
10/2017	11	73	142	118	14	358
11/2017	2	56	145	98	21	322
12/2017	13	29	78	56	17	193
01/2018	0	38	83	71	11	203
02/2018	4	77	232	144	30	487
03/2018	4	66	184	118	19	391
04/2018	2	106	252	187	38	585
05/2018	0	61	151	154	36	402
06/2018	1	7	87	105	21	221
07/2018	7	5	147	120	35	314
08/2018	2	8	85	156	40	291
09/2018	8	25	38	119	33	223
Total	54	551	1624	1446	315	3990



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
10/2017	62
11/2017	49
12/2017	17
01/2018	34
02/2018	56
03/2018	62
04/2018	60
05/2018	50
06/2018	32
07/2018	50
08/2018	45
09/2018	47
Média Mensal	47,0



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [12/2016 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.110	92,5	53,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.167	97,3	56,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.277	189,8	110,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	309	25,8	14,9
Incidentes Processuais Resolvidos	834	69,5	40,3
Dias-Juiz	621	51,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	34.813	70,8	42,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	47.808	97,2	57,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	82.621	167,9	100,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	14.793	30,1	17,9
Incidentes Processuais Resolvidos	32.658	66,4	39,6
Dias-Juiz	24.753	50,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	130.309	71,0	44,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	162.359	88,4	55,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	292.668	159,4	100,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.665	27,1	17,0
Incidentes Processuais Resolvidos	114.440	62,3	39,1
Dias-Juiz	87.697	47,8	---

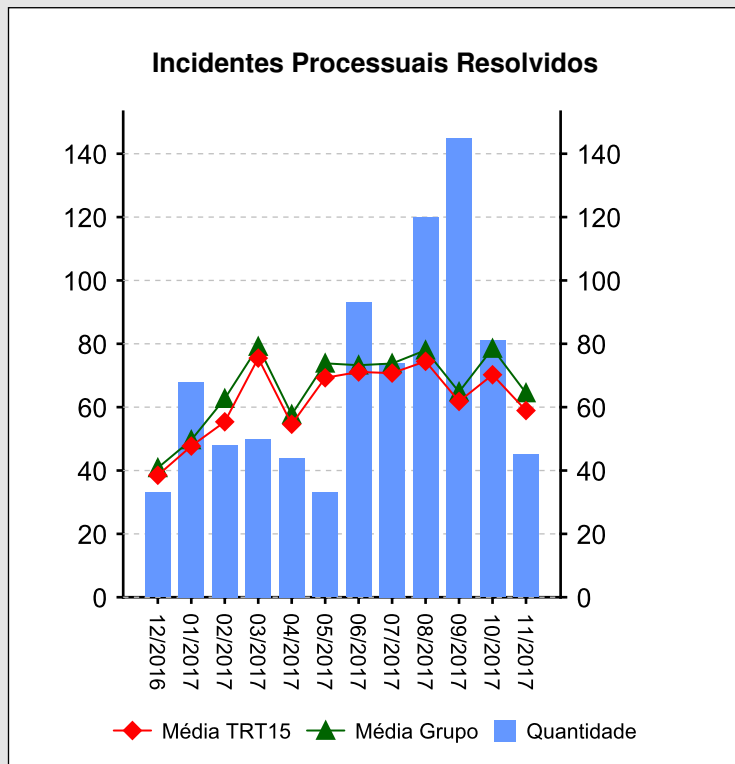
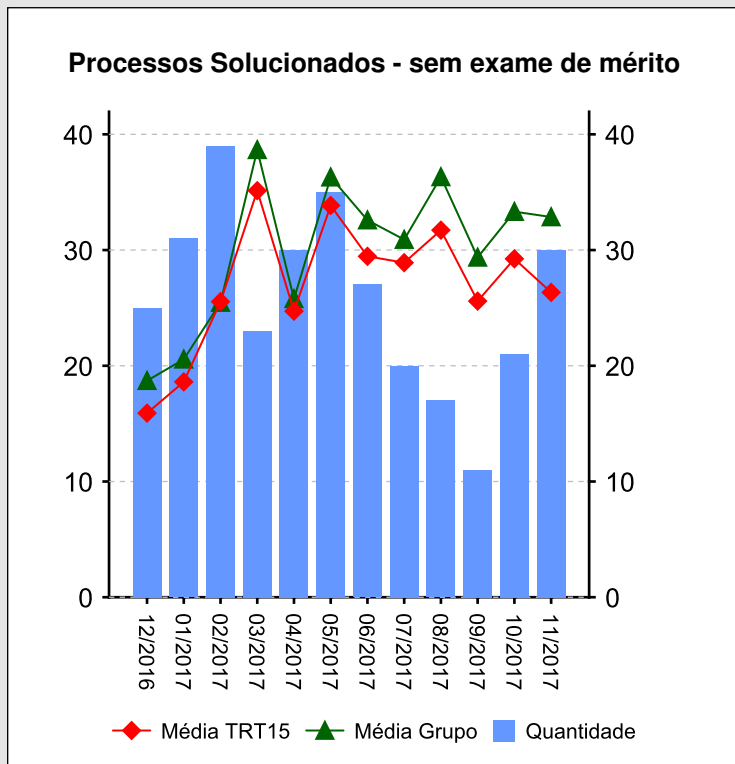
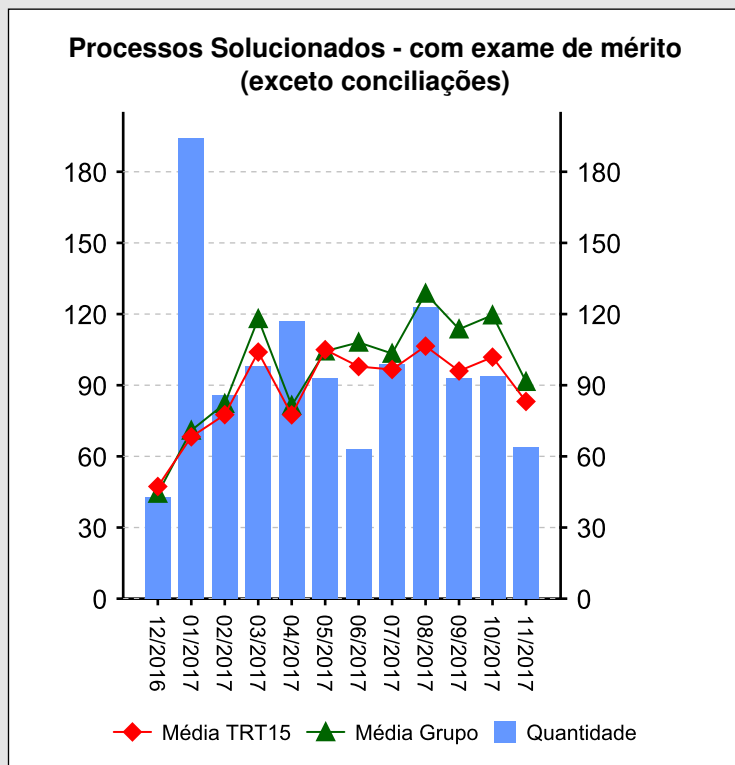
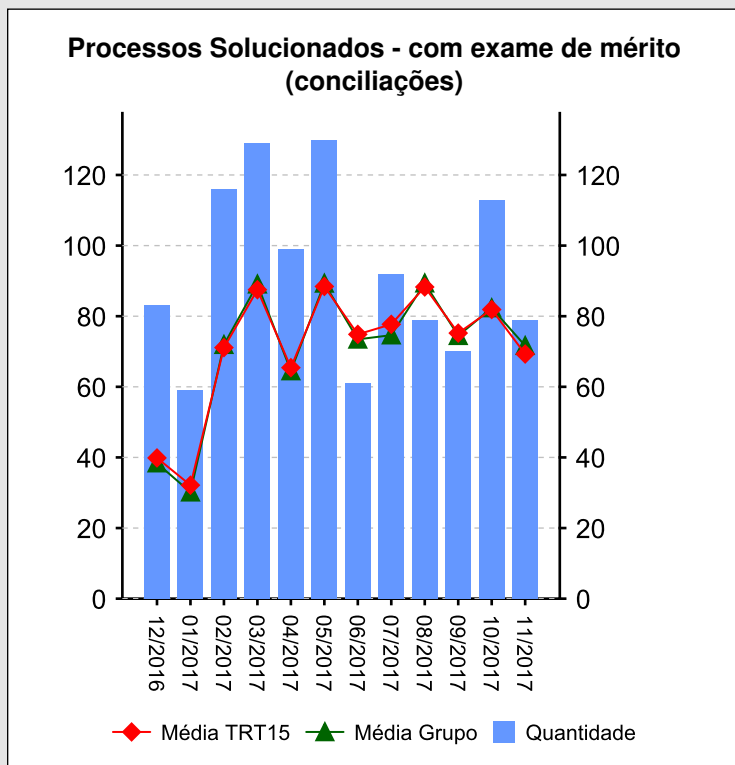
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [12/2016 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS [12/2016 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.717	143,1	82,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	1.405	117,1	67,9
Sessões de audiência realizadas - una	204	17,0	9,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	49	4,1	2,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	696	58,0	33,6
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.609	134,1	77,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	745	62,1	36,0
Dias-Juiz	621	51,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	24.753	50,3	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.697	47,8	---



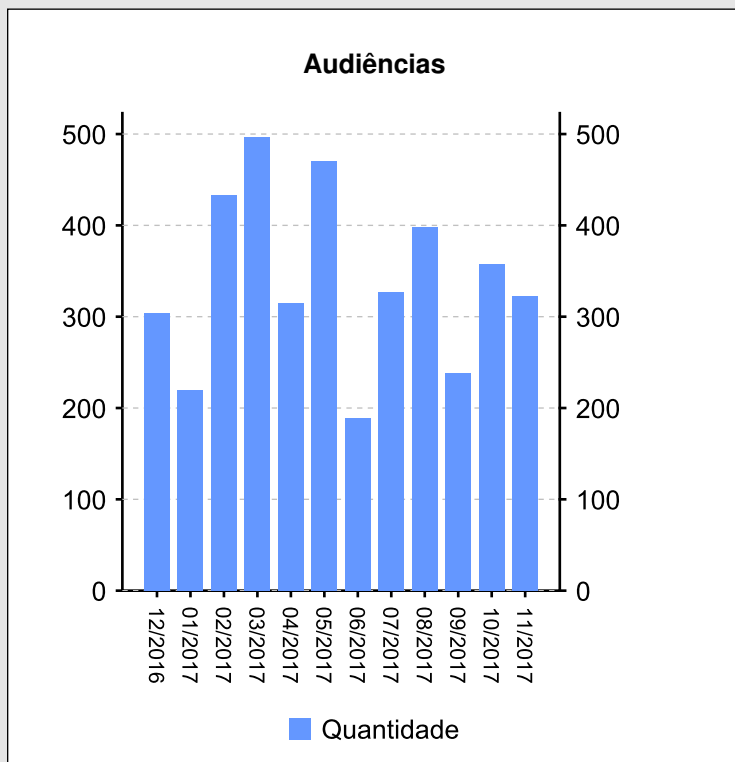
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

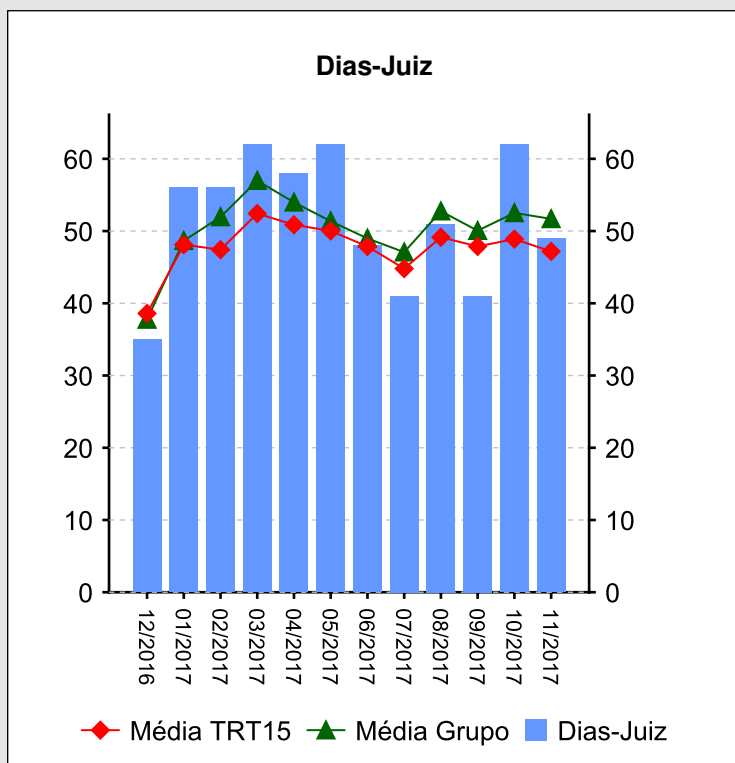
[12/2016 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
12/2016	1	46	196	54	7	304
01/2017	0	22	128	65	5	220
02/2017	1	84	165	174	9	433
03/2017	13	98	177	192	17	497
04/2017	1	28	137	134	15	315
05/2017	4	59	200	173	34	470
06/2017	0	37	75	62	15	189
07/2017	3	61	123	119	21	327
08/2017	3	80	145	141	29	398
09/2017	10	52	84	75	17	238
10/2017	11	73	142	118	14	358
11/2017	2	56	145	98	21	322
Total	49	696	1717	1405	204	4071



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
12/2016	35
01/2017	56
02/2017	56
03/2017	62
04/2017	58
05/2017	62
06/2017	48
07/2017	41
08/2017	51
09/2017	41
10/2017	62
11/2017	49
Média Mensal	51,8



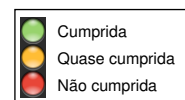
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

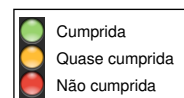
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2368	2510	2131	0	197	209	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

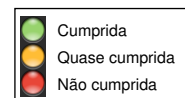
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2046	1841	1976	0	209	41	20 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
1016	666	914	248	85	56	73 %






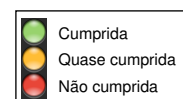
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas


Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

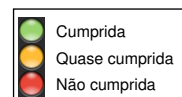
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
20	20	0	2	90 % 



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
422	499	405	77 % 





12 - ARRECAÇÃO [12/2017 a 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 14.857,30	R\$ 5.741,78	R\$ 0,00	R\$ 526.121,93



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 09/2018]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2009	2
2010	4
2011	3
2012	10
2013	15
2014	29
2015	51
2016	139
2017	741
2018	862



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
2889	10	1	11	2

Fonte: Portaria GP nº 20/2018 – Anexo republicado na Portaria GP nº 26/2018

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 20/2018, de 16/04/2018, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 11 servidores está dentro parâmetros fixados na referida Portaria, mas acima dos parâmetros, em relação aos Oficiais de Justiça, pois há três atuando na unidade.

Registre-se, que nesse mesmo item não consta o cargo da servidora removida, Renata de Meira Avila, pois o sistema automatizado não o trouxe.

Além disso, foi informado pelo gestor que também atuam os assistentes de Juiz:

Alexandre Buchabqui Rezek Andery – Assistente do Juiz Titular Vinícius Magalhães Casagrande.

Leonardo Ortega Ribeiro – Assistente do Juiz Substituto Guilherme Camurça Filgueira.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 30/10/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	29/9/2018	Data de corte:	29/9/2018
Saldo:	2375	Saldo:	520
Data do mais antigo:	31/1/2017	Data do mais antigo:	8/1/2016
		Total:	2895



15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS:

Como divulgado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a partir de experiências como o Mapeamento Global de Desempenho – MGD, bem como de estudos realizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho do país.

Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciais de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais. Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão (novoe gestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”), com atualizações divulgadas trimestralmente.

Observando os relatórios já disponibilizados (o primeiro com dados até 12/2017, e o último até 06/2018) é possível verificar que a Vara do Trabalho de Itanhaém obteve melhora nos índices Acervo (de 0,69 para 0,62) e Celeridade (de 0,75 para 0,70), não obstante tenha elevado sua criticidade nos indicadores Produtividade (de 0,50 para 0,56), Taxa de Congestionamento (de 0,69 para 0,73), com uma pequena redução da Força de Trabalho (de 0,54 para 0,55). Da análise dos dados do relatório, verificou-se que, no cenário geral, a Unidade manteve seu índice Resultado em 0,63, mas caiu na classificação entre as unidades do Regional, da 141ª para 145ª posição.

Além disso, a Unidade encontra-se inserida no Projeto Apoia15 da Corregedoria Regional, tendo apresentado plano de ação com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA, para desenho do novo processo de trabalho. Referido plano foi homologado pela Corregedoria e segue acompanhado. Como registrado no item anterior, foi informada a existência de 2895 processos sem tramitação há mais de 30 dias, quantidade essa superior à média trienal de processos recebidos. Destarte, é necessário que sejam feitos ajustes para atingir o objetivo proposto.

As atividades estão relatadas no Pedido de Providências 4222/2016 (PROAD).

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS



(fonte: informação da Unidade em 30/10/2018)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.

B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Arthur Lopes da Silva Neto	-	-
Guilherme Monteiro Topan	-	-
Rodrigo Neves Mestrineiro	-	-
TOTAL:	8	13/12/2017

C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJ-e):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Arthur Lopes da Silva Neto	6	22/5/2018
Guilherme Monteiro Topan	4	8/8/2018
Rodrigo Neves Mestrineiro	1	14/8/2018
TOTAL:	11	22/5/2018

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0012028-38.2015.5.15.0064, 0010863-87.2014.5.15.0064 e 0012294-88.2016.5.15.0064;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0010346-14.2016.5.15.0064, 0001878-37.2011.5.15.0064, 0011027-52.2014.5.15.0064;

16.3 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a



execução, sob pena de penhora, além disso a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 22/10/2018, verificou-se a existência de 1332 protocolos nos últimos 12 meses, com 46 pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010947-49.2018.5.15.0064, 0012705-97.2017.5.15.0064, 0010353-35.2018.5.15.0064);

16.5 – há audiências designadas em 5 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 551 no período de 10/2017 a 09/2018;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 47,0 dias-juiz nos últimos doze meses, inferior à média do grupo (50,2) e à média mensal apurada no último período correicionado (51,8).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 53,9 processos solucionados por meio de conciliações, superior à média de referido grupo (RARIA 42,8) e ao último período correicionado (RARIA 53,6).

Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 54,0, inferior à média do grupo, de 59,5 (RARIA) e ao último período correicionado (RARIA de 56,4), resultando em média total de solucionados com exame de



mérito, de 107,9 (RARIA) na Unidade, superior à média do grupo 102,3 (RARIA), no mesmo período e inferior ao RARIA de 110,0 apurado no último período correicionado.

Destaca-se que nos últimos 3 anos, a unidade solucionou mais processos que os recebidos, sendo 102,53% em 2016, 106,00% em 2017 e 178,48% até setembro de 2018 (vide item 8.2 desta ata).

Salienta-se, ainda, o índice de baixa de 220,30% - recebeu 1.064 até o mês de setembro deste ano e baixou 2.344 no mesmo período (vide item 8.3 desta ata). Por esses resultados, o Exmo. Desembargador Corregedor Regional registra elogios aos magistrados que atuaram na Unidade pelos esforços para conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 30/10/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

Juiz Titular:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	7/3/2019	1	129
INICIAIS/ Sum:	-	-	-
UNAS/ Ord:	-	-	-
UNAS/Sum:	14/3/2019	3	136
INSTRUÇÕES/Ord:	15/3/2019	2	137
INSTRUÇÕES/Sum:	-	-	-
CONCILIAÇÃO:	31/1/2019	1	94
MEDIAÇÃO:	-	-	-

Juiz Substituto:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	12/2/2019	2	106
INICIAIS/ Sum:	-	-	-



UNAS/ Ord:	-	-	-
UNAS/Sum:	25/2/2019	2	119
INSTRUÇÕES/Ord:	6/3/2019	2	128
INSTRUÇÕES/Sum:	-	-	-
CONCILIAÇÃO:	18/12/2018	-	50
MEDIAÇÃO:	-	-	-

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada. Porém, é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são excluídos de pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã						
	tarde	4		6	3		13
quinta	manhã						
	tarde	4	12	6	3		25
sexta	manhã	4		6	3		13
	tarde						

18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde	4		6	3		13
terça	manhã						
	tarde	4	12	6	3		25
quarta	manhã						



	tarde	4		6	3		13
quinta	manhã						
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que o CEJUSC realiza audiências uma vez ao mês na unidade. Além disso há uma conciliadora na Vara, a servidora Ana Sylvia Reis Couto Fernandes, formada mediadora/conciliadora pela Escola Judicial, que realiza audiências com a supervisão de um Magistrado. A unidade também incentiva os advogados que desejarem se conciliar a peticionarem nos autos, com divulgação aos órgãos de classe, e as petições são retiradas diariamente do agrupador.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média (RARIA) de 93,7 audiências unas e de instrução maior que o resultado (RARIA 77,7) verificado no último período correicionado (item 10.2), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados.

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 442 dias, maior que o de seu grupo (356 dias).

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 289 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 460 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Em comparação com o verificado no último período correicionado, esse prazo médio diminuiu de 507 para 442 dias, refletindo também na redução do lapso temporal entre a designação e a realização de audiências unas (sumaríssimo) e instruções (ordinário) –



atualmente em 136 dias (antes, 163) e 137 dias (antes, 163), respectivamente.

Verificou-se que a Unidade realizou 3.990 audiências, das quais 1.624 foram do tipo inicial, 1.446 de instrução, 315 unas, 551 de conciliações na execução, 54 de conciliação no conhecimento.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 786, quantidade maior que a média de seu grupo, demonstrando tendência de diminuição desde a última correição.

19 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade, foi realizada reunião com toda a equipe.

Diante da necessidade de conhecimento e manuseio das ferramentas E-GESTÃO, I-GEST, SAO-PJe, PJE-CALC, PJE-CALC CIDADÃO e WIKIVT - Fluxo Otimizado em Primeira Instância, a equipe da Corregedoria apresentou a todos os servidores uma breve explanação sobre mencionadas ferramentas, de modo a incentivá-los a acessá-las, para contribuir com a gestão compartilhada e compreenderem que todos são responsáveis pela exatidão e regularidade dos dados estatísticos.

Registra-se que, após a apresentação do Fluxo Nacional - WIKI, todos os servidores foram convidados a fazer o login e navegar pela ferramenta.

A Corregedoria destaca a subcaixa “Razões Finais”, na caixa “Cumprimento de providências”, da qual deve se valer a fim de evitar processos fora do fluxo, em observância da Portaria GP-CR 89/2015 que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais. Ainda, destaca a Corregedoria que sempre que haja concessão de prazo para razões finais, o decurso de prazo deve aguardar na subcaixa “Razões Finais”, sobretudo porque a prática é relevante para a extração de relatórios pertinentes a questões relacionadas a magistrados. No mais, alerta-se para intensificar o acompanhamento frequente e rigoroso de movimentação, como origem ou destino, de processos da subcaixa de “Razões Finais”.

Quanto ao uso do PJe-Calc (Sistema unificado de cálculos trabalhistas da Justiça do Trabalho), esclarecido que se trata de programa satélite e que haverá maior integração dele, com a versão PJe-KZ, mais ainda se faz premente que os cálculos de partes e peritos sejam apresentados nessa plataforma. Tal medida permite maior uniformização dos



procedimentos, celeridade na liquidação das sentenças e maior segurança quanto aos valores obtidos e índices, visto que contempla o artigo 34 do Provimento GP/VPJ/CR N. 05/2012 (Alterado pelo Provimento GP/VPJ/CR N. 01/2017). Para tanto, advogados, peritos e o público externo em geral devem se valer do PJe- Calc Cidadão que é uma versão off-line do PJe- Calc, é executado na máquina do usuário, não exige conexão com a internet, contem as mesmas funcionalidades da versão utilizada nos Tribunais do Trabalho e, principalmente, permite que o cálculo realizado pela parte ou pelo perito se adeque à normatização vigente, após exportado pelo usuário e enviado ao e-mail institucional da unidade, que o anexará ao PJe, por meio da versão "on-line" do PJeCalc. Nesse aspecto, a Corregedoria sugere o acesso à página “<http://portal.trt15.jus.br/pje-calc-cidadao>”, onde se encontram vídeos tutoriais.

Por fim, sugere que o gestor da unidade redija expediente com as condições e requisitos para a adesão de novos peritos de cálculos que se disponham a apresentar suas contas exclusivamente no PJe- Calc Cidadão, porque incontestável os benefícios trazidos às unidades e às partes dos processos.

Este Corregedor tem consciência de que não pode se imiscuir em decisões de cunho jurisdicional. Todavia, conforme autorizado no art. 35 do Regimento Interno do Egrégio Regional, o Corregedor deve intervir para corrigir “atos contrários à boa ordem processual, ação ou omissão que importe erro de procedimento”.

Conforme se infere do art. 1ª da Recomendação nº 3/GCGJT, de 24 de julho de 2018, a prescrição intercorrente, “somente deverá ser reconhecida após expressa intimação do exequente para cumprimento de determinação judicial **no curso da execução**” (grifamos). Em outras palavras, o prazo só começa a correr se o exequente não cumprir determinação que dependa exclusivamente dele, não se aplicando, por via de consequência, a atos judiciais que dependam exclusivamente do Magistrado. Assim, o Corregedor recomenda que sejam observados os termos do mencionado dispositivo nos processos remetidos ao arquivo provisório na fase de liquidação, para que os aprecie conforme entender de direito.

Constatou-se que há diligências pendentes de cumprimento com prazo vencido (item 15.3, letras “B” e “C”). Diante disso, recomenda-se que os senhores Oficiais de Justiça adotem estratégias visando o cumprimento dos mandados que se encontram com prazos vencidos.

Por ocasião da correição, a Corregedoria entregou à senhora Diretora os seguintes relatórios: BDT, DCA, LNS, ROJ, ROM e ROS, os quais devem receber atenção conforme planejamento a ser elaborado.



Sugere-se que a Ordem de Serviço 01/2016, que trata da parametrização seja atualizada para melhor auxiliar os trabalhos dos senhores Oficiais de Justiça.

Constatou-se a existência de processos fora do fluxo de audiência (por amostragem – processos 0011856-96.2015.5.15.0064, 0011243-08.2017.5.15.0064), os quais devem ser objeto de orientação com os servidores que atuam na fase de conhecimento. O mesmo deve ocorrer com os processos conclusos aos magistrados, que estejam sem vinculação.

Deve-se aprimorar a gestão dos processos, não permitindo que eles fiquem na raiz da tarefa. Sua permanência na raiz dificulta demasiadamente a gestão do vencimento dos prazos. Atentar para a correta utilização da tarefa “cumprimento de providências – oficial de justiça”, evitando-se o ocorrido no processo 0011549-40.2018.5.15.064.

Constata-se que há processos na tarefa “aguardando bloqueios Bacen”, os quais terão a tramitação concluída por servidor de Grupo de Apoio. Constata-se, ainda, que há processos na tarefa “aguardando término dos prazos” sem o vencimento automático, por haver expedientes anteriores com a inclusão de prazo zero.

Recomenda-se ao Juízo a não inclusão na pauta de audiências UNAS dos feitos nos quais haverá necessidade de designação de perícia, devendo fazer uso da pauta de audiências INICIAIS para mencionados feitos. Recomenda-se que os senhores Oficiais de Justiça adotem estratégias visando o cumprimento dos mandados que se encontram com prazos vencidos.

Registra-se que o elevado número de processos “convertidos em diligência” se deu em razão do auxílio julgamento.

PROJETO APOIA15

A unidade participa do Projeto APOIA15 e do ECI – Esforço Concentrado Institucional.

Está enquadrada no grupo de 2001 a 2500 processos e no ano de 2017 recebeu 2.368 novos processos.

Segue abaixo resumo da atuação institucional na Unidade:

1. plano de ação aprovado em 11/2/2016;
2. houve atuação do GRUPO DE APOIO em diversos períodos;
3. atuação à distância nos dias 16 a 18 de novembro de 2016;
4. atuação à distância nos dias 7, 9, 12 a 16 e 19/12/2016;
5. atuação à distância nos dias 19, 20, 23 a 27/1/2017 e 6 a 8/2/2017;



6. atuação presencial e à distância de 3 a 7/4/2017; atuação à distância nos dias 10 e 11/4/2017; atuação presencial e à distância de 17 a 20/4/2017; atuação à distância nos dias 8 e 9/6/2017 (fase de CONHECIMENTO); atuação à distância nos dias 12, 13 e 14/6/2017 (fases de liquidação e execução); apoio à distância nos dias 8 e 9/5/2017 e 12 a 14/6/2017; apoio presencial de 22 a 26/5/2017; apoio presencial de 2 a 4/5/2018, para extração e análise de dados, reuniões com as equipes e planejamento de atividades;
7. visita institucional em 1º e 2/2/17 – Desembargador Corregedor Samuel Hugo Lima, Juíza Auxiliar da Corregedoria Dra. Maria da Graça Bonança Barbosa, Secretário da Corregedoria Vlademir Nei Suato e Coordenadora do Grupo de Apoio à Primeira Instância Isabel Cristina Andretta Penteadó de Moura;
8. reunião da equipe Multidisciplinar em 18/5/2017 - deliberado sobre agendamento de visita das Secretarias de Saúde e Gestão de Pessoas para fortalecimento do novo trio e avaliação do clima na Unidade depois da implantação da força-tarefa, bem como avaliação de servidor;
9. apuração dos dados extraídos em 7/8/2017 para acompanhamento do Plano de Ação demonstrou que a Vara de Itanhaém alcançou a meta estabelecida, tramitando os processos constantes do passivo apurado em janeiro/2016. Havia 8.725 processos sem tramitação em janeiro/2016, os quais foram tramitados até julho/2017. Além disso, foi dado andamento aos processos “do dia”. Houve melhoria considerável na Unidade que passou de quase 9.000 processos sem tramitação para os 2.219 “processos do dia” no mesmo estágio;
10. todavia, essa quantidade de processos tornou imprescindível a implementação de novo Plano de Ação;
11. em continuidade ao Projeto APOIA 15, e após análise da Corregedoria, foi convencionada com a Vara do Trabalho de Itanhaém a elaboração de um novo plano de ação, diante da dificuldade de cumprimento do plano anteriormente aprovado, que já apresentava um grande passivo de processos “do dia”. Aprovou-se, então, novo Plano de Ação, tanto para os processos físicos (1.993), como para os processos eletrônicos (2.576) totalizando 4.569 processos;



12. especificamente quanto à força de trabalho, constatou-se que a Vara de Itanhaém tinha 65 % da força de trabalho em relação ao ideal previsto na Resolução n.º 63/2010;
13. estabelecido o corte de 80 dias, de maneira que possibilitasse o trabalho concomitante com os processos do passivo, conforme estabelecido no plano de ação, cuja data estimada para encerramento é 18/12/2018;
14. considerando o acervo não migrado a Diretora de Secretaria da Vara do Trabalho de Piedade, Renata Monteiro Gomes de Oliveira, foi convidada e coordenou os trabalhos de migração, em face do trabalho de excelência que prestou à Corregedoria no Grupo de Migração do Projeto ECI – Piracicaba;
15. por fim, o Juiz Titular Vinicius Magalhães Casagrande tomou posse em 13/07/2018 e a nova Diretora Leila Camargo Botelho Lourenço foi nomeada em 15/10/2018.

Por ocasião da correição ordinária, observou-se que os servidores estão motivados com os resultados já alcançados. Por isso, o Corregedor Regional entende que os servidores devem se apropriar e se empoderar do conhecimento que adquiriam ao longo dessa atuação institucional, seguindo em busca de resultados e atingimento das metas a serem planejadas pelo magistrado e equipe, promovendo as mudanças que entenderem pertinentes para intensificar a gestão processual por fases, inclusive, definindo o trio gerencial, o que permitirá a concretização da gestão compartilhada na unidade.

Pelos resultados já alcançados o Corregedor Regional consigna elogios a todos os magistrados e servidores que atuaram na unidade, desejando que as medidas implementadas possam contribuir para que os desafios ainda existentes possam ser vencidos em prazo razoável.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação,



confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

20.2 – que o Juízo não inclua na pauta de audiências UNAS, os feitos nos quais haverá necessidade de designação de perícia, devendo fazer uso da pauta de audiências INICIAIS para mencionados feitos.

20.3 – que os senhores Oficiais de Justiça adotem estratégias visando o cumprimento dos mandados que se encontram com prazos vencidos.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

21.3 – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

21.4 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

21.5 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 5, E. CNJ (baixar 90% do total de casos novos de execução no ano); Meta 6, E. CNJ (identificar e julgar ações coletivas distribuídas até 31/12/2014) e Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016); respectivamente, com 73%, 90% e 77% de cumprimento.

21.6 – após a elaboração do plano de ação, deverá a gestora apresentar, mediante envio de Pedido Complementar no PP da Unidade (PROAD), o Processômetro inicial da



Unidade, modelo disponível na Extranet, no menu “Jurídico – Orientações da Corregedoria – Processômetro”. Registra-se a necessidade de a cada 60 dias, a contar da publicação da presente ata, anexar ao PROAD nº 4222/2016 a quantidade atualizada de processos ainda sem tramitação com a data de corte apontada no “item 15.1” para acompanhamento da redução do passivo da unidade.

21.7 – tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que os impulsionem para o próximo ato, independentemente, de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, mesmo nos processos físicos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

21.8 – observar os termos da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no PJe;

21.9 – utilizar as ferramentas eletrônicas e convênios de acordo com o previsto no Provimento GP-CR nº 05/2015 e alterações subsequentes, bem como Ordens de Serviço desta Corregedoria que definiram as atribuições dos GIEs e Oficiais de Justiça;

21.10 – utilizar regularmente as ferramentas CCS, CNIB, INFOSEG e SIMBA, além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

21.11 – cumprir o inciso XIV, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, que diz: “XIV – realizada a pesquisa pormenorizada, em estrito cumprimento ao mandado com amplos poderes de investigação, ao se deparar com novo mandado, oriundo da mesma ou de outras unidades, contra o mesmo devedor, poderão ser utilizadas para instruir essa nova diligência as mesmas informações colhidas na investigação anterior, do mesmo ou de outro oficial, e disponíveis no sistema informatizado, desde que a busca não tenha se realizado há mais de 12 (doze) meses”. Cabe destacar que ao se valer de certidão anterior, ainda assim, se faz necessária a inclusão dos dados do processo no sistema com nova indicação de execução frustrada a fim de contabilizar as informações do Regional;

21.12 – cumprir imediatamente os incisos IX e X, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, que diz: “IX – os trabalhos a serem realizados pelos oficiais devem partir exclusivamente de ordens constantes em mandados, em face da distribuição automática prevista no processo eletrônico, evitando fragmentação da utilização das ferramentas de pesquisa”;

21.13 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos



às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no item I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante;

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 22/10/2018 e 24/10/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0010355-05.2018.5.15.0064	Processo eletrônico na raiz da tarefa "Aguardando cumprimento de acordo" pendente desde 27/8/2018. Em audiência realizada em 8/8/2018 foi homologado acordo em 40 parcelas, a última com vencimento em 10/12/2021. Há mais de 120 processos na raiz da tarefa aguardando cumprimento de acordo ou pagamento.	Providenciar o envio dos processos para as subcaixas correspondentes e intensificar a gestão para correto lançamento e controle dos prazos.
2	0012775-17.2017.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando esclarecimentos periciais" pendente desde 20/9/2018. Em audiência realizada em 29/8/2018 determinou-se a intimação do perito para apresentar o laudo em 15 dias, sob pena de destituição. Em 3/9/2018 foi enviado email ao perito, que manteve-se silente.	Analisar e tramitar o feito, cumprindo a determinação proferida em ata. Intensificar o método concentrado de trabalho.
3	0010575-37.2017.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa “Aguardando final do sobrestamento – 2018/10 – 2ª Quinzena” pendente desde 25/9/2018. Em 23/7/2018 foi proferido despacho determinando o comparecimento do autor na Vara, no prazo de 10 dias, para ratificar a avença noticiada nos autos, sob pena de extinção do feito. Não consta, na aba “expedientes” a publicação de referido despacho.	Publicar despacho, atentando para o lançamento correto do prazo determinado, a fim de possibilitar o vencimento automático pelo sistema.
4	0011379-05.2017.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando laudo pericial -	Providenciar a intimação do perito, atentando para o



		2018/08 - 1ª Quinzena" pendente desde 4/6/2018. Na ata de audiência realizada em 9/5/2018 determinou-se a intimação do perito para apresentar o laudo em de 60 dias. Não há comprovação nos autos de que o perito tenha sido intimado.	lançamento correto do prazo determinado, a fim de possibilitar o vencimento automático pelo sistema. Intensificar a gestão dos prazos concedidos aos peritos.
5	0010454-72.2018.5.15.0064	Processo eletrônico na raiz da tarefa "Aguardando laudo pericial" pendente desde 27/8/2018. Em audiência realizada em 26/7/2018 o perito foi nomeado e foi concedido prazo para apresentação do laudo e outras providências. Há mais de 70 processos na raiz da tarefa em situação semelhante.	Analisar e providenciar o envio dos processos para as subcaixas correspondentes. Intensificar a gestão para que as subcaixas reflitam os prazos efetivamente aguardados.
6	0011447-52.2017.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa "Análise do Conhecimento" pendente desde 13/6/2018. Trata-se de embargos de terceiro com decisão em sede de liminar, proferida em 3/8/2017. Foi expedido mandado para intimação do embargado, com resultado negativo, (em 2/3/2018), sem qualquer providência posterior. Há mais de 70 processos pendentes na tarefa.	Analisar e dar prosseguimento ao feito, intensificando-se a gestão para que os feitos não permaneçam em tarefas intermediárias, o que indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
7	0010031-15.2018.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa "Concluso ao magistrado" pendente desde 22/8/2018. Há outros processos em situação semelhante. Na tarefa "Minutar decisão" foi encontrada situação similar (processo 0011836-37.2017.5.15.0064).	Tramitar o processo, vinculando-o ao magistrado, para análise e prosseguimento do feito. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
8	0010804-31.2016.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa "Cumprimento de providências - 2018/08 - 1ª Quinzena" pendente desde 24/5/2018. Em audiência realizada em 30/1/2018 determinou-se a expedição de ofício ao 1º Distrito Policial de Itanhaém, com prazo de 30 dias para resposta. Há recibo nos autos dando conta do protocolamento de referido ofício em 30/1/2018. Não consta nos autos a resposta de tal expediente.	Diligenciar acerca da resposta do ofício e dar prosseguimento ao feito, uma vez que encontra-se estagnado há mais de 6 meses.
9	0011941-48.2016.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa "Cumprimento de providências - 00. Oficial de Justiça" pendente desde 9/5/2018. Em audiência realizada em 4/4/2018 foi determinada a expedição de carta precatória inquiritória ao TRT 2ª Região. Há, nos autos, informação dando conta de que a audiência para a oitiva da testemunha foi designada para 30/7/2018 (processo 1000469-	Diligenciar acerca do cumprimento da carta precatória e dar prosseguimento ao feito, nos termos da ata de audiência.



		95.2018.5.02.0073). Há outros processos em situação semelhante.	
10	0011081-13.2017.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa "Designar perícia" pendente desde 29/8/2018. Em 17/1/2018 houve despacho determinando a nomeação de perito, o que foi feito somente em 25/1/2018, sem designação de data para a perícia (foi concedido prazo para que o perito agendasse). A perícia foi agendada para 27/3/2018. Há nos autos informação do perito dando conta de que fora impedido de realizar a perícia, pois a reclamada teria impedido seu ingresso nas dependências para a realização dos trabalhos. Não há qualquer tramitação posterior, embora a aba "anexos" dê ensejo ao entendimento de que tal manifestação tenha sido analisada. Há outros processos em situação semelhante na tarefa.	Analisar e tramitar o feito. Designar data da perícia com urgência, uma vez que o feito está estagnado há mais de 6 meses.
11	0010790-81.2015.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa "Minutar despacho" pendente desde 17/8/2018, quando o processo foi desarquivado para prosseguimento. Em 27/11/2015 foi proferida sentença que declarou a incompetência material da Justiça do Trabalho e determinou a remessa do feito ao Juízo Comum Estadual na comarca de Itanhaém, que em 11/8/2016 também declarou sua incompetência e facultou à Justiça especializada a possibilidade de devolução dos autos àquele Juízo, ocasião em que seria suscitado o conflito negativo de competência perante o STJ. O processo encontra-se estagnado desde 17/8/2018.	Analisar e tramitar o feito. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
12	0010020-20.2017.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa "Minutar Despacho - Conversão em diligência" pendente desde 4/9/2018. Em 16/10/2017 foi proferido despacho intimando as partes para se manifestarem em 10 dias sobre a necessidade de produção de outras provas ou apresentarem razões finais. Verifica-se que apenas a parte autora foi intimada (em 16/10/2017) e apresentou razões finais. Somente em 4/6/2018 a reclamada foi intimada. Em 3/9/2018 os autos seguiram conclusos para julgamento, que foi convertido em diligência em 4/9/2018 e desde então encontram-se "Conclusos os autos para despacho a Iuri Pereira	Regularizar andamento e dar prosseguimento ao feito.



		Pinheiro". Há outros processos pendentes na tarefa.	
13	0010573-33.2018.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa "Minutar despacho ED" pendente desde 4/10/2018. Há despacho minutado, mas parado na tarefa. Há mais de 30 processos em situação semelhante.	Dar andamento aos feitos.
14	0010524-26.2017.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa "Remeter ao 2º Grau" pendente desde 25/9/2018. Há diversos processos estagnados na tarefa.	Tramitar o processo. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
15	0010820-53.2014.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa "Transitar em julgado" pendente desde 29/8/2018. Há mais de 30 processos estagnados na tarefa.	Tramitar o processo. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
16	0011193-16.2016.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando Cumprimento de Providência - Liq - 2018 10 Outubro 1ª quinzena" pendente desde 3/10/2018. Em audiência realizada em 1º/10/2018 os cálculos foram homologados, as partes saíram intimadas da sentença de liquidação e a reclamada saiu intimada para pagamento. Há outros processos pendentes na tarefa.	Dar prosseguimento ao feito, bem como aos demais que se encontram em situação semelhante.
17	0000074-63.2013.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando laudo pericial - 2018/09 - 1ª Quinzena" pendente desde 2/8/2018. Há laudo contábil juntado há mais de um mês. Há outros casos em situação semelhante.	Dar prosseguimento ao feito, bem como aos demais que se encontram em situação semelhante.
18	0001946-16.2013.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando prazo recursal" pendente desde 27/7/2018. O autor foi intimado para apresentar contrarrazões ao recurso interposto pela reclamada, prazo vencido em 9/8/2018.	Remeter o processo para o 2º grau.
19	0011563-29.2015.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa "Análise de Liquidação" pendente desde 1º/8/2018. O processo teve negado o seguimento ao recurso extraordinário interposto. Transitado em julgado em 11/4/2018 e iniciada a liquidação em 1º/8/2018 e estagnado na tarefa desde então. Há mais de três centenas de processos parados na tarefa.	Dar prosseguimento ao feito, bem como aos demais que se encontram em situação semelhante. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
20	0010706-46.2016.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa Análise de Execução desde	Fazer os autos conclusos para deliberação pelo Juízo.



		3/7/2018. Há manifestação da reclamante anexada em 21/6/2018 ainda não analisada pelo Juízo.	
21	0010746-28.2016.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa “concluso ao magistrado – Exec” desde 25/1/2017. Conclusão sem escolha de magistrado. Há outros 24 processos em situação semelhante.	Tramitar os processos em referência, vinculando o magistrado responsável para a análise. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
22	0193800-46.2006.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa “Encaminhar RPV-Precatório” desde 14/9/2018.	Tramitar o feito. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
23	0011071-32.2018.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa “Minutar despacho - Exec” desde 5/9/2018. Há outros 8 processos nessa tarefa.	Tramitar o feito. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
24	0115100-85.2008.5.15.0064	Processo eletrônico na tarefa “Recebimento de Instância superior” desde 27/2/2018, sem notícia de problema técnico atual.	Tramitar o feito. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
25	0079800-28.2009.5.15.0064	Processo eletrônico com aviso de tramitação preferencial na tarefa “Remeter ao 2º grau” desde 30/8/2018, sem notícia de problema técnico.	Tramitar o feito. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
26	0000493-83.2013.5.15.0064	Processo físico na variável 342 do e-GESTÃO (Processos pendentes de finalização - fase de conhecimento). Em 16/9/2014 foi homologado acordo para pagamento em 3 parcelas, sendo a última para 25/11/2014 e no mesmo 16/9/2014 o processo teve registradas as ocorrências 'ARQ E RMA'. Em 22/1/2015 e 20/7/2015 foram protocolizadas petições de Denúncia de descumprimento De Acordo e em 30/6/2017 uma petição com pedido de desarquivamento. Em 6/12/2017 foi registrada a ocorrência "DSA -Desarquivado - para prosseguir na fase de execução" e não houve qualquer tramitação posterior.	Analisar, sanear inconsistências e dar prosseguimento ao feito.
27	0057300-70.2006.5.15.0064	Processo físico na variável 353 do e-GESTÃO (Processos pendentes de finalização - fase de execução). Em	Analisar, sanear inconsistências e dar prosseguimento ao feito.



		3/5/2018 - foi registrada a ocorrência "AGA -Aguardando a data da audiência". Em despacho de 3/5/2018 houve a designação de audiência para tentativa de conciliação para o dia 16/5/2018. Da análise do sistema, não foi registrada esta audiência e conseqüentemente qualquer lançamento de solução.	
28	0000355-53.2012.5.15.0064	Processo físico na variável 117 do e-GESTÃO (Embargos de declaração pendentes). Em 13/06/2017 foi registrada a ocorrência "PJE - Migrado ao Processamento Eletrônico". No entanto, observa-se que há diversos movimentos de conclusão para julgamento de embargos sem lançamento de solução.	Analisar e sanear inconsistências.
29	0001516-69.2010.5.15.0064	Processo físico na variável 124 do e-GESTÃO (Exceções de incompetência pendentes). Em 28/6/2018 foi registrada a ocorrência "PJE-Migrado ao Processamento Eletrônico", mas há Exceção de incompetência pendente (protocolo em 13/12/2017).	Analisar e sanear inconsistências.
30	0069800-37.2007.5.15.0064	Processo físico na variável 131 do e-GESTÃO (Antecipações de tutela pendentes). Em 25/10/2018 foi registrada a ocorrência "PJE - Migrado ao Processamento Eletrônico". Mas em 23/1/2018 foi juntada a petição de Antecipação de Tutela, sem lançamento de solução.	Analisar e sanear inconsistências.
31	0041500-02.2006.5.15.0064	Processo físico na variável 144 do e-GESTÃO (Impugnações à sentença de liquidação pendentes). Em 10/8/2018 foi registrada a ocorrência "RME-Remetido ao TRIBUNAL em execução, mas encontra-se pendente de solução a Impugnação à Sentença de Liquidação juntada em 28/2/2018.	Analisar e sanear inconsistências.
32	0197100-89.2001.5.15.0064	Processo físico na variável 150 do e-GESTÃO (Embargos à execução pendentes). Em 11/5/2018 foi registrada a ocorrência "ROM -Em trânsito para o Magistrado - Ângela Naira Belinski" após audiência de tentativa de conciliação na mesma data, quando foi determinado que os autos seguissem conclusos para apreciação dos embargos.	Diligenciar sobre a localização dos autos físicos, analisar e sanear inconsistências.
33	0081400-41.1996.5.15.0064	Processo físico na variável 156 do e-GESTÃO (Embargos à arrematação pendentes). Em 23/11/2017 foi registrada a ocorrência "PJE - Migrado ao Processamento	Analisar e sanear inconsistências.



		Eletrônico"	
34	0168600-71.2005.5.15.0064	Processo físico na variável 168 do e-GESTÃO (Exceções de Pré-executividade pendentes). Em 26/9/2018 foi registrada a ocorrência "PJE -Migrado ao Processamento Eletrônico".	Analisar e sanear inconsistências.
35	0081000-12.2005.5.15.0064	Processo físico na ocorrência BDT - registro no BNDT desde 9/10/2018. Em 21/05/2018 foi registrada a ocorrência "PJE - Migrado ao Processamento Eletrônico".	Regularizar o andamento processual. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
36	0000513-40.2014.5.15.0064	Processo físico na ocorrência DCA - Devolução de Carga desde 11/04/2017. Há outros 9 processos parados nessa ocorrência.	A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
37	0107800-38.2009.5.15.0064	Processo físico na ocorrência DES - DESPACHO desde 25/06/2018, quando foi proferida, por meio de despacho, uma sentença de extinção do processo, sem resolução do mérito nos termos do artigo 485, III do CPC. Não houve qualquer tramitação ou providência seguinte. Há outros 4 processos parados nessa ocorrência.	Regularizar o andamento processual. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
38	0000848-64.2011.5.15.0064	Processo físico na ocorrência LNS - lançamento de solução desde 11/04/2018. Há outros 7 processos parados nessa ocorrência. Não houve qualquer tramitação ou providência seguinte. Há outros 4 processos parados nessa ocorrência.	Regularizar o andamento processual. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
39	0056000-10.2005.5.15.0064	Processo físico na ocorrência ROJ - remetido ao oficial de justiça desde 9/3/2017. Há outros 11 processos parados nessa ocorrência.	Regularizar o andamento processual. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
40	0197100-89.2001.5.15.0064	Processo físico na ocorrência ROM - em trânsito para o magistrado desde 11/05/2018. Há outros 13 processos parados nessa ocorrência.	Diligenciar sobre a localização dos autos físicos, analisar e regularizar o andamento processual. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
41	0198300-92.2005.5.15.0064	Processo físico na ocorrência ROS - remetido do oficial à secretaria desde 7/6/2016. Há outros 31 processos parados nessa ocorrência.	Regularizar o andamento processual. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-



			VPJ-CR nº 07/2012.
META 2	0008300-96.2009.5.15.0064	Processo físico com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença. Em 29/10/2015 foi aberto o movimento 51, conclusos Para Julgamento - Prolatar Sentença Ao Juiz Luciano Brisola e devolvido de carga em 4/11/2015, sem lançamento de solução e assim prosseguiu até que em 26/04/2016 - RMT -Remessa ao E. TRT da 15ª Região para processar recurso.	Sanear inconsistência.
	0001474-20.2010.5.15.0064	Processo físico com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença. Do despacho proferido em 26/7/2018 extrai-se a informação de que os autos físicos foram extraviados. Na mesma oportunidade as partes foram intimadas para se manifestarem sobre interesse na restauração do feito. Da análise das ocorrências, verifica-se o lançamento da ocorrência "SLQ - Lançamento de solução julgado procedente em parte o pedido - sentença líquida e SRE - Sentença reformada", sem abertura e fechamento de movimento de conclusão para novo julgamento.	Analisar e sanear inconsistências.
	0001864-53.2011.5.15.0064	Processo físico aguardando o encerramento da Instrução. Processo com última ocorrência "CLS -mhrrsf" registrada em 26/7/2018.	Analisar e prosseguir com o feito e contato com o perito nomeado para observância dos prazos. Priorizar o julgamento dos processos mais antigos na Unidade, para cumprimento da Meta 2 do CNJ.
	0001901-80.2011.5.15.0064	Processo físico aguardando o encerramento da Instrução. Em 25/8/2017 foi proferido despacho para que o perito se manifestasse sobre as impugnações das partes, em 10 dias. Observa-se que a ocorrência "Prazo - perito: esclarecimentos sobre o laudo" foi renovada no sistema por duas vezes, além da registrada em 25/8/2017. A primeira em 4/9/2017 e a segunda em 20/6/2018. Observa-se a renovação de ocorrências de forma irregular.	Analisar e prosseguir com o feito e contato com o perito nomeado para observância dos prazos. Priorizar o julgamento dos processos mais antigos na Unidade, para cumprimento da Meta 2 do CNJ.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:



Não há visitas e atendimentos a serem registrados.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O MM. Juiz Titular VINÍCIUS MAGALHÃES CASAGRANDE informou dupla residência e tem prazo até 9/1/2019 para definir sua opção (PA 000035-21.2015.5.15.0897 - ATO 007/2018-GP/AAM).

24.2 – O Juiz Substituto GUILHERME CAMURÇA FILGUEIRA reside na sede da circunscrição.

24.3 – Foi informado pela Diretora de Secretaria substituta que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.4 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Diretora, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4222/2016.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 12 de novembro de 2018, às 17 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, republicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.